

Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com famílias agricultoras do Assentamento Nascimento, Pernambuco: um relato de experiência

Lucineide Cruz¹, Helder Ribeiro Freitas², Michelle Christini Araújo Vieira³

Resumo

O objetivo deste relato é apresentar o resultado das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) realizadas pelo Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) no Assentamento Nascimento entre os anos de 2012 e 2015, localizado no município Belém do São Francisco-PE e composto por 12 famílias agricultoras que, em sua integralidade, compõem a Associação dos Agricultores Familiares Nascimento. Em 2011, esses trabalhadores e trabalhadoras rurais aderiram ao Programa Nacional do Crédito Fundiário e conquistaram o direito de adquirir sua primeira terra própria. As atividades de ATER foram desenvolvidas por uma equipe técnica multidisciplinar do IPA formada por extensionistas rurais, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, veterinários, assistente social e engenheiros civis. Na oportunidade, foi realizado o Diagnóstico Rural Participativo junto às famílias assentadas, possibilitando identificar os interesses, aptidões e prioridades da comunidade. Foram elaborados projetos e investimentos socioprodutivos, como a estruturação de um centro social, o investimento na cultura da cebola irrigada, o plantio de maracujá e banana comprida, a implementação de ovinocultura e a construção de casas em alvenaria com instalação hidráulica e elétrica. Os assentados apresentaram elevado nível de satisfação com os resultados alcançados, bem como demonstraram interesse em ampliar a área comunitária de plantios e criação de animais.

Palavras-chave

Agricultura familiar. Crédito fundiário. Metodologias participativas. Desenvolvimento rural.

¹ Especialista em Tecnologias Agrícolas de Baixo Carbono pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Pernambuco, Brasil; extensionista rural do Instituto Agronômico de Pernambuco, Brasil. E-mail: lucineide.cruz67@gmail.com.

² Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil; estágio pós-doutoral na mesma instituição; professor associado II da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Pernambuco, Brasil. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

³ Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia, Brasil; professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Pernambuco, Brasil. E-mail: michelle.christini@univasf.edu.br.

Technical Assistance and Rural Extension Project (ATER) with farming families in the Nascimento Settlement, Pernambuco: an experience report

Lucineide Cruz⁴, Helder Ribeiro Freitas⁵, Michelle Christini Araújo Vieira⁶

Abstract

The objective of this experience report is to present the result of the Technical Assistance and Rural Extension (TARE) activities carried out by the Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) in the Nascimento Settlement between 2012 and 2015, located in Belém do São Francisco, State of Pernambuco, and composed of 12 farming families that, in their entirety, make up the Associação dos Agricultores Familiares Nascimento. In 2011, these rural workers joined the Programa Nacional do Crédito Fundiário and won the right to acquire their first land of their own. TARE activities were developed by a multidisciplinary technical team from IPA formed by rural extension workers, agricultural technicians, agronomists, veterinarians and civil engineers. The rural extension workers carried out the Participatory Rural Diagnosis with the participation of the settled families, making it possible to identify the interests and aptitudes of the community. Socio-productive projects and investments were developed, such as the structuring of a social center, investment in irrigated onion cultivation, the implementation of sheep farming and the construction of masonry houses with hydraulic and electrical installations. The settlers showed a high level of satisfaction with the results achieved, as well as showing interest in expanding the community area for planting and raising animals.

Keywords

Family farming. Land credit. Participatory methodologies. Rural development.

⁴ Specialist in Low Carbon Agricultural Technologies, Federal University of Vale do São Francisco, State of Pernambuco, Brazil; rural extensionist at the Agronomic Institute of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: lucineide.cruz67@gmail.com.

⁵ PhD in Agronomy, Federal University of Viçosa, State of Minas Gerais, Brazil; postdoctoral internship at the same institution; associate professor II at the Federal University of Vale do São Francisco, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

⁶ PhD in Public Health, Federal University of Bahia, State of Bahia, Brazil; professor at the Federal University of Vale do São Francisco, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: michelle.christini@univasf.edu.br.

Introdução

A chegada lusitana ao Brasil marcou uma agressiva ruptura no âmbito da distribuição das terras nacionais. Após a colonização, a terra, que antes era tida como um bem natural e comunitário pelos nativos indígenas, passou a ser tratada como um objeto inerente às classes dominantes. A base desse sistema de repartição espacial foi erguida às custas da manutenção da estrutura latifundiária, exportadora e escravista, dificultando que essas áreas pudessem ser utilizadas para cumprir sua função social (LEITE, 2018).

Com a instituição da Lei de Terras em 1850 (MENDES, 2009), foi determinado que a terra só poderia ser adquirida por meio da compra, troca ou por doação estatal. Logo, o acesso a esse “produto” era praticamente exclusivo aos detentores de grandes capitais, o que favorecia os latifundiários (JAHNEL, 1987). Em ciência desses fatos, é possível perceber o quanto a questão da posse de terras no Brasil transpassa por um ciclo vicioso no qual os indivíduos mais abastados continuavam com suas riquezas e propriedades, enquanto os que não tiveram acesso a esses privilégios tendiam a permanecer em situação de miséria e fome.

Se contrapondo a esse cenário, os levantes populares pela conquista da terra sempre estiveram presentes ao longo da história do Brasil. Dentre os movimentos sociais contemporâneos, cabe destacar as lutas protagonizadas no campo a partir dos anos 1950, as quais marcaram a gênese ideológica do que viria a ser a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), as Federações estaduais e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que formam o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) (CONTAG, 2016). Com o processo de redemocratização política a partir de meados da década de 1980, aumentou-se a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra para a realização de uma reforma agrária. Em resposta, especialmente a partir de meados da década de 1990, destacadamente como represália à pressão internacional e da opinião pública frente ao massacre de Eldorado dos Carajás em 1995, expandiu-se a criação de projetos de assentamentos rurais. A principal estratégia dos movimentos populares de pressão ao Estado para a realização da reforma agrária popular passou a ser a ocupação dos latifúndios (CARVALHO, 2004).

Nesse sentido, em contraponto à proposta dos movimentos sociais de realização de uma reforma agrária popular com acesso à terra para todos, o Estado brasileiro passou a implementar uma política de acesso à terra de natureza capitalista custeada pelo programa de crédito

fundiário financiado pelo Banco Mundial. Essa política tinha por objetivo o financiamento de programas de reordenação fundiária e assentamento rural, como a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), tendo sido regulamentada pelo decreto nº 3.027, em 13 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, conhecido como Banco da Terra. Por meio do decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), extingue-se o programa Banco da Terra e cria-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que é uma política pública complementar à reforma agrária, de caráter inclusivo e descentralizado. Este programa se propunha a assegurar a garantia de acesso à terra aos agricultores familiares por intermédio de financiamento a juros baixos. Entretanto, os movimentos sociais passaram a tecer várias críticas à proposta, a denominando de “Contrarreforma Agrária”, dado seu caráter financista que limita o acesso à terra a perfis de agricultores mais vinculados às dinâmicas produtivas do mercado, tendo sido denominada de Reforma Agrária assistida pelo mercado (PEREIRA; SAUER, 2011).

O PNCF foi estruturado e operacionalizado em duas fases ao longo de sua implementação. Na primeira fase, os agricultores eram capacitados pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), que foi responsável pelos movimentos e lutas em prol do direito à terra por muitos anos, juntamente com os sindicatos dos trabalhadores rurais. Essa ação se deu por meio do processo de mobilização e organização rural no intuito de facilitar a aquisição da terra e a captação de recursos financeiros para investimentos de infraestrutura e custeio agropecuário. Na segunda fase, a Associação indicaria a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que prestaria suporte especializado, sendo custeada pelo programa. Essa foi a operacionalização do programa crédito fundiário por mais de duas décadas.

Assim, considerando que a criação de uma Associação fazia parte das exigências do PNCF para concessão do financiamento, no ano de 2010, os assentados mencionados nesse relato se reuniram, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém do São Francisco, e fundaram a Associação dos Agricultores Familiares Nascimento para aderir ao referido programa, visando a aquisição da terra própria.

Na ocasião, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que é uma instituição pública responsável pela prestação dos serviços de ATER em Pernambuco, foi a empresa escolhida pelos integrantes da Associação dos Agricultores Familiares Nascimento para fornecer o suporte técnico necessário à segunda fase do PNCF. O IPA atua em conformidade com a

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) (BRASIL, 2005) como principal instrumento de implementação da organização e da execução dos serviços de ATER aos assentados da reforma agrária.

Como embasamento teórico para as práticas extensionistas, é imprescindível refletir acerca das propostas de Paulo Freire na obra “Extensão ou comunicação?” (1968). Para o autor, o termo “extensão” remete à ideia de estender algo a alguém, como seus próprios conhecimentos. Nesse sentido, ao ensinar um conjunto de saberes tomando como base apenas um ponto de vista, naturalmente, o indivíduo que está na posição de aprender passivamente passa a ser negado como um sujeito de transformação (FREIRE, 1968, p. 13). Ao contestar a concepção positiva do termo extensão rural, a qual estamos habituados, Freire propõe que o agrônomo-educador atue mediante a perspectiva do diálogo, reafirmando o processo educativo como resultado de uma relação que confronta o conhecimento técnico científico do extensionista e a experiência das famílias agricultoras. Logo, considerando que a ação de extensão deve objetivar devolver a autonomia para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, Freire entende que o conceito deveria ser, portanto, o de comunicação (FREIRE, 1968, p. 46).

Inspirado no pensamento de Paulo Freire, o IPA desenvolve as atividades de ATER a partir de metodologias participativas, fazendo o uso das ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Essas técnicas permitem o levantamento de informações e conhecimentos da realidade local a partir do saber da própria comunidade, o que possibilita um processo de valorização. Dialogando com a obra freiriana, os extensionistas, enquanto exercem papel de educador, se propõem a não impor ao educando a sua visão de mundo, mas dialogar.

Ademais, a missão que a PNATER estabelece sobre o serviço público de ATER é participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações. Este processo se dá por meio de metodologias educativas, participativas e integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Nesse contexto, enquanto profissional desse serviço público de ATER, o/a extensionista sai do cômodo papel de “agente de ATER” para o de verdadeiro educador.

No cenário atual, em substituição ao modelo de implementação política, em 2019, foi criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o projeto Terra Brasil

- Programa Nacional de Crédito Fundiário (BRASIL, 2022). Seu objetivo era acelerar os processos referentes à concessão de crédito rural por meio de uma plataforma digital chamada Obter Crédito - Terra Brasil. Essa plataforma pode ser acessada pelas empresas de ATER, sejam públicas ou privadas, e as Prefeituras que tenham interesse em prestar e elaborar projetos de assistência técnica e extensão rural por meio dos técnicos que também estejam certificados no Certificar Entidades e Técnicos (CET), que se constitui em um serviço digital que faz parte da plataforma digital única do Governo Federal.

Diante do exposto, o principal objetivo deste trabalho foi descrever a experiência das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural realizadas pelo Instituto Agronômico de Pernambuco no Assentamento Nascimento, visando o desenvolvimento socioeconômico por meio de projetos socioprodutivos, a conservação dos recursos naturais, a comercialização, a organização rural, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural sustentável.

Metodologia

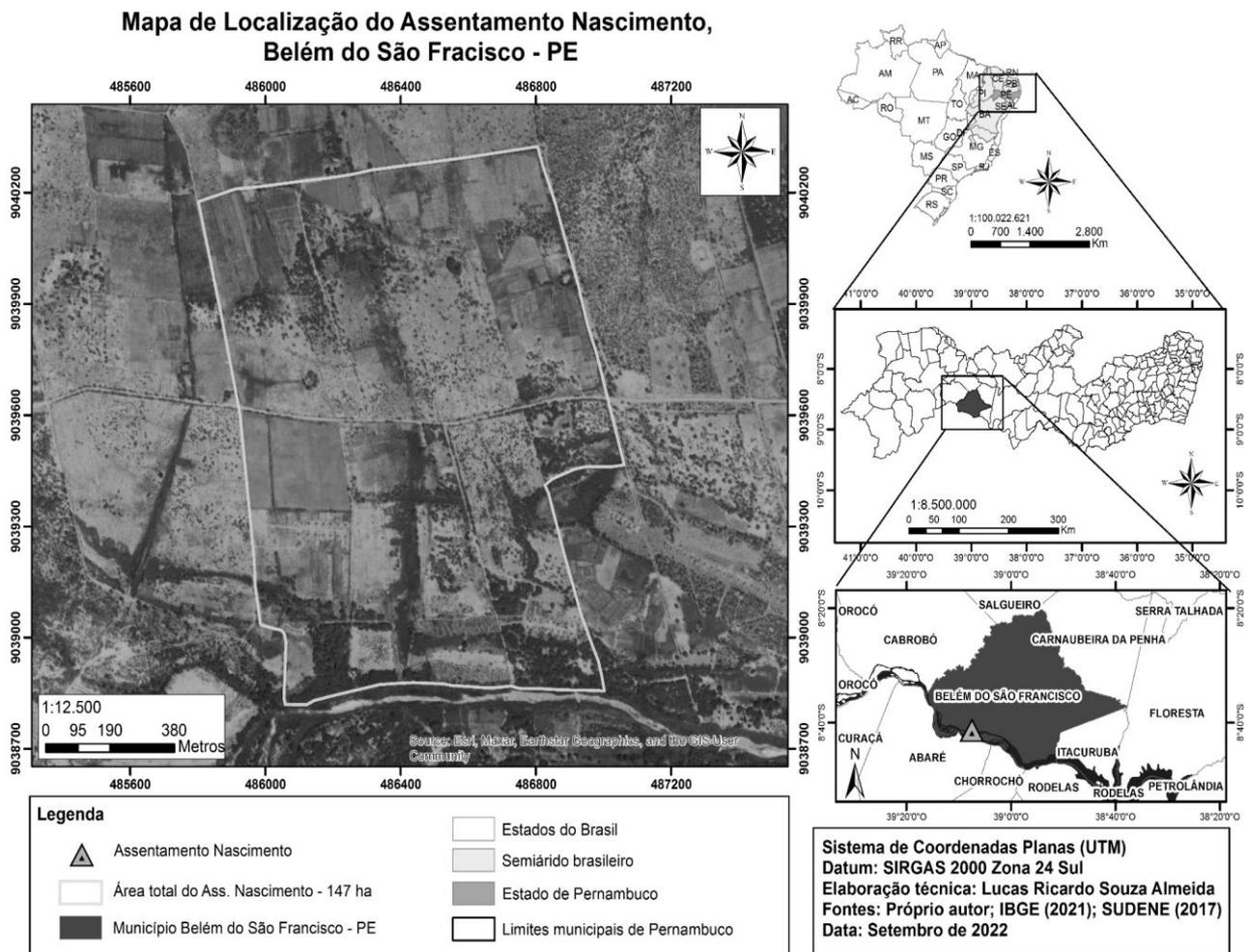
Trata-se de um estudo qualitativo de caráter descritivo, do tipo relato de experiência. O relato foi baseado na experiência da ação extensionista realizada no Assentamento Nascimento, situado na Fazenda Malhada Grande e Quixaba, às margens do Rio São Francisco, localizado no município Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco (Mapa 1), entre os anos de 2012 e 2015. Vale ressaltar que sua localização fluvial privilegiada facilita a utilização da água para o consumo da família e para produção de alimentos e criação de animais. O imóvel possui uma área total de 147,4464 hectares e é explorado por 12 famílias de agricultores familiares, que compreendem 42 pessoas beneficiadas pelo PNCF por meio do Instituto de Terras de Pernambuco (ITERPE).

O grupo de moradores era oriundo do município de Mirandiba - PE e não possuía terras próprias para fixar moradia e produzir alimento para sua subsistência. Dada sua situação de extrema pobreza, essas pessoas decidiram migrar para o município de Belém do São Francisco - PE, uma vez que esta região era conhecida por ser uma grande produtora de cebolas e por fornecer boas oportunidades de trabalho. Nesse último lugar, tomaram conhecimento do PNCF por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no ano de 2009.

Dentre as exigências previstas nas ações do PNCF, as famílias assentadas precisaram indicar uma organização para prestação dos serviços de ATER. Dentre as possibilidades locais

e requisitos do programa, as famílias assentadas indicaram o Instituto Agrônomo de Pernambuco devido ao seu caráter público e ao reconhecido bom histórico de desenvolvimento de projetos similares. Assim, o IPA iniciou as atividades de ATER no ano de 2012. Essa ação se deu mediante uma equipe multidisciplinar do IPA composta por profissionais do escritório local de Belém do São Francisco, da Gerência Regional de Salgueiro e da sede do IPA em Recife. Entre esses profissionais, existiam extensionistas rurais de diversas áreas, dentre os quais destacam-se técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, veterinários, assistentes sociais e engenheiros civis, de modo que outros profissionais também eram convocados a contribuir de acordo com a demanda que se apresentava.

Mapa 1 – Localização do Assentamento Nascimento



Fonte: Lucas Ricardo Souza Almeida (2022); IBGE (2021); SUDENE (2017).

Para acompanhar o andamento do projeto, havia um técnico de campo localizado em Belém do São Francisco, que era responsável pela prestação do serviço de ATER, onde realizava visitas semanais ao Assentamento Nascimento para verificar a execução das ações em curso, bem como assessorar os assentados quando necessário, como em casos de aquisição de outros animais e de insumos agrícolas ou no manejo das plantações.

Assim, em conjunto com os assentados, foi planejada a realização de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (VERDEJO, 2006; LOPES, 2016) no ano de 2012. Essa ferramenta passou a ser popularizada entre as instituições de ATER no Brasil a partir de 2004 com a promoção das metodologias participativas como instrumentos mediadores da ação dos extensionistas no âmbito da Nova ATER (MARINHO; FREITAS, 2015). As ferramentas utilizadas foram: a FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), que busca entender a situação atual da comunidade para conseguir um fortalecimento organizativo; a caminhada transversal, que percorre todo o espaço geográfico para observação dos aspectos ambientais; a árvore de problemas, que demonstra os problemas da comunidade e suas respectivas causas, com o intuito partir para a busca de soluções; a entrevista semiestruturada, que se baseia na realização de uma discussão relacionada aos tópicos a serem trabalhados; e a tempestade de ideias, que busca explorar as habilidades, as potencialidades e a criatividade do grupo de acordo com o interesse (VERDEJO, 2006).

A aplicação das ferramentas do DRP aconteceu em três etapas. Na primeira etapa, foram trabalhadas as informações acerca da instituição, equipe técnica, planejamento do diagnóstico e metodologias de trabalho, como também orientações relacionadas ao PNCF. Na segunda etapa, foram realizadas atividades para construção de diretrizes mediante a identificação dos problemas e potencialidades a serem trabalhados. Na terceira etapa, a partir das coletas de informações, foram realizados os Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC). Após essas etapas, foram implantados os SIC em parceria com os assentados que forneceram sua mão de obra como contrapartida da comunidade, atendendo o pré-requisito do programa.

Além das ferramentas de DRP supracitadas, foram aplicados diversos métodos utilizados na Extensão Rural com o propósito de prestar orientações técnicas, como demonstrações práticas, reuniões, visitas técnicas, palestras e oficinas (LOPES, 2016). Para as atividades não agrícolas, o foco do trabalho foi o fortalecimento da organização rural existente,

visando o desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas e o estímulo à autonomia desses indivíduos.

Destaca-se, ainda, para melhor compreensão dos leitores dessa experiência, que todas as atividades desenvolvidas pelo IPA, conjuntamente com os assentados, tiveram caráter coletivo e buscou-se promover a participação social e o protagonismo das famílias. Assim, diante das narrativas que serão apresentadas, espera-se que esse relato de experiência possa contribuir com o desenvolvimento de experiências vivenciadas por agentes de ATER e comunidades assentadas em diferentes contextos socioambientais.

Resultados e Discussão

O município de Mirandiba, região da qual vieram os integrantes da Associação dos Agricultores Familiares Nascimento, possui alguns índices econômicos ligeiramente inferiores quando comparados aos de Belém do São Francisco. Segundo estimativas do IBGE para o ano de 2020, Mirandiba possui um salário médio mensal de 1,7 salários-mínimos, uma proporção de 5,4% de pessoas ocupadas em relação à população total e um PIB per capita de R\$10.320,84. Já em Belém do São Francisco, esses parâmetros ficam em 1,8 salários-mínimos de média mensal, 10,8% de ocupados em relação ao total e PIB per capita de R\$13.932,20 (IBGE, 2017). Dentre esses parâmetros, o aumento mais significativo foi em relação à empregabilidade, fator elencado pelos trabalhadores e trabalhadoras como o principal para a migração, uma vez que tomaram conhecimento da boa oferta de oportunidade de trabalho em Belém do São Francisco.

Entretanto, é válido ressaltar que, no âmbito da saúde coletiva e do saneamento básico, o cenário de Mirandiba apresenta indicadores mais favoráveis que os de Belém do São Francisco. Enquanto o primeiro possui uma taxa de mortalidade infantil média de 8,33 para 1.000 nascidos vivos, internações por diarreia de 2,5 para 1.000 habitantes, e 54,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, o segundo registra uma mortalidade infantil de 13,47 para 1.000 nascidos vivos, internações por diarreia de 5,2 para cada 1000 habitantes, e apenas 42,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017). Ainda assim, segundo os trabalhadores, sua condição de vida em Mirandiba era permeada pela extrema pobreza e pelo convívio diário com a fome, de modo que essas ponderações acerca da saúde se tornaram irrisórias quando comparadas às sociais e econômicas.

Outras queixas comumente relatadas por esses agricultores e agricultoras acerca do período em que moraram em Mirandiba foram: a dependência das terras de terceiros para prover sua subsistência, a ausência de água encanada e de energia e a falta de diversidade de plantios. Segundo eles, os recursos hídricos precisavam ser transportados com baldes posicionados na cabeça. Esse processo dificultoso impossibilitava a execução de atividades corriqueiras que dependessem de água em abundância, como a lavagem de roupas. Sobre a cultura agrícola existente no assentamento antes do desenvolvimento das atividades de ATER, havia uma forte predominância de algarobas.

Em relação à temática da fome, cabe trazer à luz a obra “Quarto de Despejo”, da autora Carolina Maria de Jesus (1960), que abordou essa questão de forma crua sob a ótica de alguém que sentia essa sensação de forma contínua. Dentre várias passagens de importância imensurável, há uma específica que trata do controle que a falta de alimentos exerce na vida de um indivíduo faminto, na qual foi empregada a alcunha de “escravatura da fome”:

Dia 13 de maio de 1958. Hoje, amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: Viva a mamãe. A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois, eles querem mais comida. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual, a fome! (JESUS, 2014, p. 26).

Assim, com o auxílio de pensadores como Josué de Castro, e seu livro “Geografia da Fome” (1946), é possível analisar essa problemática que possui como origem a má distribuição de riquezas, que vai desde o poder aquisitivo até a falta de terras próprias. Nesse sentido, é visível a importância da implementação de políticas de financiamento de crédito rural, como o PNCF, e de ações mobilizadoras para representar e defender os agricultores familiares, como o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

O financiamento concedido em 2011 para a compra da terra foi no valor total de R\$210.890,66, a ser pago em 17 anos, com carência de 3 anos, em 14 parcelas e bonificação fixa de adimplência de 40% sobre o valor total do empréstimo. Entretanto, é necessário pontuar que com a reformulação do PNCF em 2020, caso o financiamento fosse solicitado hoje, o prazo para pagamento também seria modificado. De acordo com o novo projeto vigente, o prazo passaria a ser de 25 anos, com carência de 3 anos e bônus de 40% para pagamento em dia. Com

o aumento da janela de tempo para pagamento, o quantitativo de parcelas a serem pagas pode ser maior, tornando o valor individual de cada parcela mais dissolvido.

Outra mudança importante foi a criação da plataforma digital Obter Crédito - Terra Brasil. Por meio dessa plataforma, a expectativa era de que o tempo médio de espera para contratação da terra reduzisse de dois anos para seis meses. Assim, com parcelas mais baixas e um menor tempo de espera, o previsto era que o quantitativo de créditos concedidos aumentasse de forma diretamente proporcional, o que não se verificou na prática. Uma das possíveis explicações para esse cenário aparentemente contraditório é o excesso de burocracia no cumprimento das exigências para a participação do PNCF, como a necessidade da criação das associações (PAIVA; BARRETO, 2019).

Ainda através do PNCF, obtiveram recursos não reembolsáveis com finalidade de: investimento na capacitação inicial (R\$1.200,00), contratação de taxa de Assistência Técnica e Extensão Rural (R\$24.000,00) e elaboração de Subprojetos de Investimento Comunitário (SIC) (R\$250.800,00). Além disso, houve bonificações devido ao Adicional Selo Terra Negra Brasil (R\$12.000,00), que objetiva financiar terras destinadas à população rural negra, e ao Adicional de Semiárido (R\$36.000,00), devido à localização na qual foram exercidas as atividades. Para estipular esses valores, o programa calcula a quantia necessária para a implantação dos projetos de investimentos, levando em conta também a quantidade de assentados. O somatório dos recursos supracitados resultou em uma média de R\$324.000,00, valor que ainda sofrerá aumento referente ao acréscimo da correção bancária do saldo em conta. Logo, o valor total liberado pelo PNCF foi de R\$342.888,83, equivalente a 90% do valor total do projeto a ser desembolsado pelo programa. Os 10% restantes do valor do projeto foram pagos por meio de mão de obra dos próprios assentados, como contrapartida no valor de R\$68.135,94, totalizando R\$411.024,77. Ademais, é válido salientar que esse saldo permanecia bloqueado na conta durante todo o período de execução, sendo liberado aos poucos à medida que se avançava nas etapas estruturadas pelo projeto.

Assim, o PNCF, além de buscar atender à perspectiva de acesso à terra por meio de financiamento, também tem tentado se ajustar a uma série de ações e medidas compensatórias e que possibilitam a superação de desigualdades históricas destinadas às populações quilombolas por meio do selo “Terra Negra Brasil” (SANTOS, 2013). Essa bonificação ganha uma notoriedade maior quando se leva em consideração que ainda hoje a população negra permanece sendo a maioria dentro das camadas mais pobres da população. Prova disso é o

levantamento “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, que registrou que os negros são 75,2% do estrato mais pobre da população ao passo que brancos são 70,6% da parcela mais rica (IBGE, 2019).

Acerca das atividades de ATER executadas no Assentamento Nascimento, é possível elencar alguns tópicos que foram pontos chave no trabalho exercido, como o suporte na vivência comunitária, o emprego de metodologias que valorizem os conhecimentos da própria comunidade e o apoio na busca de suportes externos que pudessem contribuir para o desenvolvimento da região. Contudo, é visível que a participação dos assentados e assentadas, apesar de apresentarem uma elevada frequência nas reuniões, cursos e palestras, não era acompanhada de teor crítico. Isso é, eles não costumavam expor suas opiniões e vivências a menos que fossem perguntados diretamente. Essa postura observada nas famílias agricultoras é uma herança do processo histórico de marginalização dessa população ao acesso de uma Assistência Técnica e Extensão Rural que considerasse a sua realidade.

Diante da crise dos anos 1970, os países tidos como subdesenvolvidos tentaram responder através da modernização da agricultura. Todavia, na tentativa de atender a demanda de mercado, esse processo era focado na exportação de matérias-primas produzidas com o uso massivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, plantas híbridas e maquinários. A difusão desse pacote tecnológico por meio da chamada Revolução Verde se deu por uma prática alienante e domesticadora, excluindo a heterogeneidade da agricultura familiar (TORRES-REGO, 2021). Por isso, o trabalho dos extensionistas rurais se pautou em tentar se afastar desse paradigma mais expositivo e utilizar uma abordagem mais dialógica.

Dessa forma, a partir das ferramentas de DRP, que são um conjunto de técnicas que visam impulsionar o autodiagnóstico de uma dada comunidade para que ela possa gerenciar seus projetos de melhoria (VERDEJO, 2006), foram identificados os interesses e as aptidões para implantação de atividades, o que culminou na elaboração de uma série de projetos sociotécnicos. Essas propostas definidas pelas famílias incluem, dentre outros, a estruturação de um centro social, a colocação de cercas de arame farpado para delimitação do assentamento, a construção de casas em alvenaria com instalação hidráulica e elétrica, a priorização do investimento na cultura da cebola irrigada, a implementação de ovinocultura e a implantação de quintais produtivos com destaque para o plantio de fruteiras.

Os interesses dos assentados majoritariamente envolviam aumentar as áreas de produção das culturas existentes e ampliar o rebanho de ovinos, motivos pelos quais registramos

como fatores de potencialidades da comunidade, além do nível de gestão da organização rural existente. Portanto, são ações que permitem a socialização entre outros agricultores que tenham interesses em adotá-las.

Além disso, visando fornecer a capacitação e o empoderamento dos assentados com base nas ideias freirianas, foram realizados diversos cursos de capacitação, ensinando, por exemplo, métodos para o beneficiamento dos produtos agrícolas. Essas observações tiveram destaque durante cada atividade realizada de forma participativa entre assentados e extensionistas no dia a dia das atividades de campo, quando oportunamente havia a frequência de opiniões em estabelecer, também, a equidade nas relações de gênero, raça, etnia e geração. Esses debates são essenciais não apenas para o desenvolvimento do senso crítico dos assentados e assentadas, como também para auxiliar no processo de redução das desigualdades.

Dentre as discussões de temas direcionados para a agricultura, destacamos o interesse dos assentados em compreender as técnicas de manejo, a conservação e fertilização do solo, com o objetivo de produzir alimentos de forma sustentável, como por exemplo o cultivo de cebola (Figura 1). No tocante à pecuária, as pautas de curiosidade foram o manejo dos pequenos animais (Figura 2) e suas respectivas pastagens. O ensino dessas temáticas possibilita a soberania alimentar e nutricional, o uso racional da água e a promoção de atividades que permitam a manutenção da floresta. Como consequência, tem-se a redução do desmatamento e o desenvolvimento de atividades produtivas com menos impactos sobre os recursos naturais.

Figura 1 – Plantio de cebola da Associação dos Agricultores do Assentamento Nascimento



Fonte: Arquivo dos autores (2016).

Figura 2 – Ovinocultura na Associação dos Agricultores do Assentamento Nascimento



Fonte: Arquivo dos autores (2016).

Além da questão agropecuária, é importante frisar o âmbito da moradia. Anteriormente, os agricultores residiam em casas com estrutura de taipa, o que gerava desconforto e insegurança. Após a execução dos projetos idealizados pelo IPA, entre eles, a estruturação de casas em alvenaria e com aparato elétrico e hidráulico, foi possível contribuir não apenas com o fornecimento de um lugar mais confortável para descansar, mas também com o fomento ao reconhecimento dos direitos básicos essenciais para a dignidade humana.

Outro fator relevante é o trabalho coletivo, que não só contribui para incentivar a formação de conhecimentos e o aumento da produtividade, como também para o fortalecimento da Associação dos Agricultores Familiares Nascimento, que se consolidou com o objetivo de promover meios legítimos para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e comercialização da produção.

Frente às propostas descritas, analisaram-se as experiências subjetivas dos agricultores familiares do Assentamento Nascimento, bem como os incrementos na qualidade de vida, a fim de evidenciar a melhoria socioeconômica resultante das reformas implementadas. O objetivo geral do projeto foi propiciar aos agricultores familiares o acesso às tecnologias para bens e serviços na agricultura e pecuária, o apoio à conservação dos recursos naturais e ao meio ambiente, o estudo de competitividade de mercado e de organização rural, e o estímulo ao senso crítico que possibilite sua autonomia.

Nesse processo de construção coletiva do aprendizado, a utilização das ferramentas de DRP foi fundamental, uma vez que esses métodos respeitam os conhecimentos prévios e culturais da comunidade, além de analisar e entender as diferentes percepções de forma democrática e participativa. Assim, foi possível desenvolver estratégias que respeitassem os indivíduos em sua integralidade e que se adaptassem ao estilo de vida e às condições ambientais do local. Nesse sentido, os projetos desenvolvidos foram feitos baseados na demanda da própria comunidade e foram amplamente elogiados pelas famílias agricultoras.

A partir de depoimentos registrados pelos extensionistas rurais, os assentados e assentadas apresentam um elevado nível de satisfação com os resultados alcançados, principalmente em relação às construções de residências em alvenaria, que garantiram uma moradia segura e confortável, bem como o acesso à água encanada e à energia elétrica. Além disso, eles/elas demonstraram interesse em ampliar a área comunitária de plantios e a criação de animais, e ressaltaram a importância dos novos aparatos tecnológicos no processo de plantio e colheita, como o sistema de irrigação. Por fim, relataram agrado com o aprendizado de metodologias sustentáveis para o manejo dos insumos agrícolas.

Em síntese, sabe-se que todo o conjunto de iniciativas entre os agricultores e os extensionistas rurais precisa avançar mais no processo de discussões e realizações para que possam se consolidar cada vez mais propostas de novas ações de melhoria do assentamento em prol do crescimento social e econômico.

Considerações finais

O presente relato apresenta a importância do PNCF como um elemento essencial para a conquista da terra própria, principalmente para grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, foram abordadas as atividades de ATER desenvolvidas no Assentamento Nascimento, que é composto pelos integrantes da Associação dos Agricultores Familiares Nascimento, os quais foram contemplados com os recursos do programa para a aquisição da terra, além de serem beneficiados com recursos a fundo perdido para construção das casas e instalação de projetos produtivos. A experiência serve de modelo para famílias que não possuem terras e desejam contratar a proposta do PNCF, atualmente denominado Terra Brasil - PNCF.

Foi abordada ainda a importância da construção coletiva do aprendizado, buscando conciliar os saberes técnicos e científicos dos especialistas contratados e as experiências das

famílias agricultoras. Desse modo, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais são efetivamente incluídos como sujeitos de transformação em sua realidade, participando desde a elaboração até a execução dos projetos. Portanto, coube ao extensionista, como educador de caráter informal e agente de transformação, juntamente com os assentados, que também são agentes de transformação, a conscientização mútua para transformação da realidade, na qual estavam inseridos.

Nesse sentido, o uso do DRP enquanto processo que possibilita o diálogo entre extensionistas e famílias assentadas levou à sistematização e problematização da realidade vivenciada no assentamento de modo a viabilizar a construção de acordos, propostas e projetos socioprodutivos relatados acima.

Apesar de os assentados beneficiados terem relatado uma alta satisfação com o serviço oferecido à época, conclui-se que a experiência necessita ser avaliada constantemente, entre agricultores e extensionistas, para consolidação da proposta do desenvolvimento rural sustentável.

Referências

BRASIL. **Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.** Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília - DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp93.htm. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999.** Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, e dá outras providências. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília - DF, 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03//decreto/D3027impressao.htm. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003.** Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília - DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4892.htm. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Terra Brasil: Programa Nacional de Crédito Fundiário.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília - DF, 6 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: PRONATER 2005**. Brasília - DF: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2005. Disponível em: https://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/nap/orientacoes/09_mda_programa_nacional_de_assistencia_tecnica_e_extensao_rural.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

CARVALHO, H. M. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. **NERA**, Presidente Prudente, n. 5, p. 113-122, 2012. DOI 10.47946/rnera.v0i5.1475. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1475>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CASTRO, J. A. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.

CONTAG. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **CONTAG e PNCF: uma experiência que vem transformando vidas no meio rural**. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1457334423_22022017100439.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

FETAPE. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. **Fetape: história e luta**. Recife. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/institucional.php>. Acesso em: 3 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. **Belém do São Francisco: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/belem-do-sao-francisco/panorama>. Acesso em: 23 set. 2022.

IBGE. **Mirandiba: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/mirandiba/panorama>. Acesso em: 23 set. 2022.

IBGE. **Belém do São Francisco: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/belem-do-sao-francisco/panorama>. Acesso em: 23 set. 2022.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em: 26 jan. 2023.

JAHNEL, T. C. As leis de terra no Brasil. **Boletim paulista de geografia**, São Paulo, n. 65, p. 105-116, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/968>. Acesso em: 26 jan. 2023.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LEITE, A. Z. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **NERA**, Presidente Prudente, n. 43, p. 10-28, 2018. DOI 10.47946/rnera.v0i43.5559. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5559>. Acesso em: 26 jan. 2023.

LOPES, E. B. **Manual de metodologia**. Curitiba: Emater, 2016. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/extensao/livros/MANUAL%20DE%20METODOLOGIA%20EMATER.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R. Utilização de metodologias participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): fundamentos teórico-práticos. **Extramuros**, Petrolina, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/764>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MENDES, J. S. R. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, 2009. DOI: 10.1590/S0103-49792009000100011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/fvpY6tWSVqx5FcHNL4Dcxft/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PAIVA, M. A. G.; BARRETO, B. F. Contribuições do Programa Nacional de Crédito Fundiário para as comunidades rurais em Portalegre/RN. **Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 23, n. 39, p. 26-43, 2019. DOI 10.46699/rce.v23i39.5285. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/5285>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, 2011. DOI 10.1590/S0102-69922011000300009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/PfVM84Kwz7Qb6PFyMvtCzvr/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SANTOS, V. B. **O selo “Terra Negra Brasil” do Programa Nacional de Crédito Fundiário**: do sonho da terra à realidade da dívida. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/1796?show=full>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TORRES-REGO, T. Extensão rural: perspectivas de Paulo Freire. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 85-99, 2022. DOI 10.17058/rea.v30i1.16041. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/16041>. Acesso em: 26 jan. 2023.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: <http://www.sicmc.iciag.ufu.br/sites/sicmc.iciag.ufu.br/files/anexos/GuiaDRP.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

Submetido em 12 de julho de 2022.
Aprovado em 14 de outubro de 2022.